

TRADUÇÃO COMO RESISTÊNCIA E ATIVISMO: PRÁTICAS DE TRADUÇÃO FEMINISTA NO BRASIL

TRANSLATION AS RESISTANCE AND ACTIVISM: FEMINIST TRANSLATION PRACTICES IN BRAZIL



Laura Pinhata BATTISTAM
Mestranda
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes
Programa de Pós-Graduação em
Letras
Maringá, Paraná, Brasil
lattes.cnpq.br/6201120247266812
orcid.org/0000-0003-3356-8041
laurabattistam74@gmail.com

Liliam Cristina MARINS
Professora assistente
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes
Departamento de Letras
Maringá, Paraná, Brasil
lattes.cnpq.br/7387068825282075
orcid.org/0000-0002-9954-4985
liliamchris@hotmail.com

Aline Yuri KIMINAMI
Doutoranda
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes
Programa de Pós-Graduação em
Letras
Maringá, Paraná, Brasil
lattes.cnpq.br/6000925848243667
orcid.org/0000-0003-0685-179X
alinekiminami@gmail.com

1

Resumo: As abordagens críticas dos Estudos da Tradução possuem seu enfoque não na recuperação de sentidos, na equivalência e na fidelidade, mas na (re)construção de novos significados que são resultados de negociações e mediações dentro do sistema social no qual o texto é (re)produzido. Neste trabalho, em conformidade com Berman (2013), Esteves (2014) e Rajagopalan (2007), aventamos discutir a prática tradutória como atividade (auto)reflexiva que permeia questões éticas, políticas e ideológicas, além de compreendê-la como uma ferramenta poderosa na produção e reprodução de discursos contra-hegemônicos, em consonância com os estudos de Collins (2019), Santos (2003, 2010) e Tymoczko (2006, 2010, 2014). Buscamos, portanto, apresentar alguns exemplos de práticas de tradução ativistas no Brasil contemporâneo (que circulam, especialmente, em blogs de autorias individuais ou coletivas), a fim de ilustrar as possibilidades de se estabelecer a tradução como ferramenta política e de resistência. Em concordância com Foucault (2006), ela pode funcionar a favor das lutas sociais que visam a transformação para uma sociedade mais justa e igualitária e para a construção e circulação de novas epistemologias que desafiam o discurso dominante e as hierarquias do poder. Os desdobramentos de discussões como esta envolvem conhecer e divulgar as experiências de práticas contemporâneas de tradução feminista no Brasil, um país terceiro-mundista, ou seja, “em desenvolvimento”, que permitem o compartilhamento de vivências de outras mulheres, que também estão fora do eixo Europa-Estados Unidos, e criar uma rede de apoio transnacional a partir de diferentes ecologias e feminismos.

Palavras-chave: Ativismo. Resistência. Tradução feminista. Estudos da Tradução. Rede de apoio.

Abstract: *Rather than focus on meanings recovery, equivalence, and fidelity, critical approaches in Translation Studies emphasize the (re)construction of new meanings which are products of both negotiations and mediations within the social system where the text is (re)produced. In compliance with Berman (2013), Esteves (2014), and Rajagopalan (2007), in this paper we aimed to discuss the translation practice as an (auto)reflexive activity which pervades ethics, politics and ideologies issues, understanding it as a powerful device on the production and reproduction of counter-hegemonic discourses, in conformity with Collins (2019), Santos (2003, 2010), and Tymoczko (2006, 2010, 2014). Thus, we intended to bring a few activist translation practices in contemporary Brazil (which are especially published on individual or collective blogs), aiming to illustrate possibilities of forging the translation practice as a political and resistant tool. According to Foucault (2006), supporting social struggles that address the transformation to a fairer and egalitarian society and to the construction and*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

circulation of new epistemologies challenges both the dominant discourse and hierarchies of power. The outcomes of such discussions embrace the acknowledgement and dissemination of contemporary feminist translation practices in Brazil (a third-world country); allow sharing experiences of other women who are also outside the Europe – United States axis, and create a transnational support network based on different ecologies and feminisms.

Keywords: *Activism. Resistance. Feminist translation. Translation studies. Support network.*

“Através da tradução, torna-se possível identificar preocupações comuns, aproximações complementares e, claro, também contradições inultrapassáveis.”
(SANTOS, 2010, p. 102)

Pensar a tradução como uma ferramenta de subversão e resistência significa deslocá-la de um espaço simbólico marcado por ideais platônicos de recuperação de sentidos, de estabilidade linguística e de transferência semântica em direção a uma arena onde lutas são travadas e poderes disputados a todo momento na busca por sentidos reconstruídos, ressignificados e insubordinados. Destacar esse deslocamento é necessário, pois, como destaca Arrojo (1998, p. 1),

2

Os defensores de abordagens linguísticas à tradução, mesmo aqueles declaradamente influenciados por tendências contemporâneas que supostamente teriam superado as limitações dos estudos marcadamente cientificistas dos anos 1960 e 70, ainda não abrem mão de concepções fundamentalmente essencialistas de texto e de significado que, de uma forma ou de outra, os levam a reivindicar uma posição de autoridade privilegiada perante a prática da tradução. Ao tentarem legitimar os "estudos da tradução" como disciplina autônoma com base em ideais inatingíveis, deixam de lado todo um universo de pesquisa centrado nas implicações e nas consequências da visibilidade inevitável do tradutor e da tradutora, que apenas passou a ser objeto de estudos mais regulares nos últimos dez ou quinze anos com a disseminação de reflexões sobre a linguagem geralmente creditadas à pós-modernidade.

Embora o artigo seja de vinte e dois anos atrás, discutir sobre a inevitabilidade da agência do/a tradutor/a ainda é assunto de pauta nos Estudos da Tradução, que é, atualmente, acrescido pelo fator “ativista”, o qual pode ser compreendido como um ato de tradução que vai muito além da visibilidade: defende declaradamente causas, lutas e movimentos em favor de grupos minoritarizados. Antoine Berman (2013) compõe o rol de teóricos dos Estudos da Tradução que representa uma postura claramente opositiva a uma noção de tradução

exclusivamente reprodutiva e subserviente. Além disso, é nele que redescobrimos a tessitura cultural complexa na qual a tradução se vê aprisionada em diferentes lugares e espaços. Com o objetivo de combater o negacionismo em relação à herança babélica da tradução, buscamos, neste artigo, além de apresentar alguns exemplos práticos de traduções ativistas e militantes, propor a reflexão em torno da atividade tradutória como uma atividade que está envolta em questões éticas, políticas e ideológicas e propor a legitimação da tradução como uma ferramenta de luta social que visa jogar luz sobre causas humanitárias.

Há, nesse sentido, diferentes atividades tradutórias ao redor do mundo que buscam colocar na berlinda instituições, poderes e ideologias dominantes nas mais diversas comunidades em trabalhos, muitas vezes, filantrópicos e que, direta ou indiretamente, provocam rupturas, fissuras nessas estruturas de poder ao expor aquilo que ficou, durante muito tempo, silenciado, esquecido, neutralizado, pois, segundo Santos (2010, p. 13), “a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta[da] na ideia de um pensamento abissal”. O pensamento abissal, ao qual Santos (2010, pp. 13-14) se refere, funciona a partir da definição unilateral de linhas simbólicas invisíveis que separam as experiências, os saberes e os indivíduos “entre os quais são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objectos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha)”. Para ele, o pensamento abissal persiste mesmo depois do fim do colonialismo político e só pode ser combatido mediante uma nova construção epistemológica, assentada na ecologia de saberes e na tradução intercultural.

A ecologia de saberes necessita, assim, da ferramenta da tradução intercultural para propor um pensamento pós-abissal, a fim de romper com essas linhas que dividem culturas, experiências, categorias e universos simbólicos em relações hierárquicas que não contribuem para a construção de um mundo no qual nossas diferenças não (re)produzam e estimulem as desigualdades. Ao legitimar a pluralidade (de saberes, ideias, lutas, necessidades, comunidades, ideologias), estaremos, segundo Santos (2003), no caminho para a conquista de uma igualdade social que reconheça nossas diferenças, não que nos descaracterize e nos inferiorize perante aqueles que, devido às disputas políticas e ideológicas de poder, ganharam o direito violentamente conquistado de pertencerem ao lado de cá da linha.

A dimensão política da tradução, segundo Esteves (2014, p. 255), é inevitável em todo e qualquer processo tradutório por envolver o contato entre culturas distintas. Segundo a teórica, esse contato “coloca em evidência, na maioria das vezes, algum tipo de desigualdade”.

Por isso, a tradução pode funcionar tanto enquanto um instrumento do imperialismo a partir do momento em que é ditada pelas relações hegemônicas de poder, como pode funcionar, de forma oposta, enquanto instrumento de intervenção política ao desestabilizar essas relações entre centro *versus* periferia. Para que a tradução funcione como instrumento de intervenção política, em primeira instância, é preciso ressignificar a própria carga semântica da palavra “tradução”, que sempre foi sexualizada tanto no âmbito linguístico (por ser uma palavra “feminina”), quanto no histórico. Segundo Chamberlain (1988, p. 34),

A sexualização da tradução aparece talvez, mais comumente, sob o rótulo *Les belles infidèles* – como as mulheres, diria o provérbio, as traduções ou são belas, ou são fiéis [. . .] a palavra *traduction* [é] feminina, tornando o uso *les beaux infidèles* impossível.

4 Se partimos do pressuposto de que tradução é linguagem e que a linguagem é, para além do cultural, um produto social, devemos manter em mente que os produtos sociais são (re)produzidos dentro de um sistema não alheio às esferas econômicas, históricas, culturais, políticas e ideológicas e, obviamente, não alheio aos sujeitos sociais. Segundo Rajagopalan (2007, p. 1), “a problemática de tradução traz à tona todos os aspectos relativos ao fenômeno da representação – e, em especial, aqueles de natureza política”. Isso porque, em primeiro lugar, traduzir é, para o teórico, interpretar e todo ato interpretativo envolve a criação de representações.

O objetivo deste artigo é, portanto, relatar experiências de práticas de tradução feminista no Brasil contemporâneo, as quais têm contribuído para representar diferentes feminismos. Dentre essas práticas, encontram-se diferentes blogs com traduções de escritas negras feministas lésbicas, traduções que descentralizam as hierarquias linguísticas, traduções que destacam os feminismos negro/afro-diaspóricos/latino-americanos e traduções coletivas de teóricas feministas anticapitalistas.

Nesse sentido, pela tradução, é possível recriar representações que serviram os interesses de determinados grupos hegemônicos, como aqueles dos homens brancos do Norte global, a fim de trazer à tona o lado de cá, que abriga diferentes mulheres: as mulheres negras, latinas, indígenas, camponesas, imigrantes, trabalhadoras terceiro-mundistas, entre outras, alocadas no Sul global. Isso não significa, todavia, defender um movimento de exclusão e substituição, mas propor relações sociais, políticas e culturais menos verticalizadas e mais

horizontais, desestabilizando relações hegemônicas de poder que foram herdadas, replicadas e legitimadas por anos.

Tradução e relações de poder

Michel Foucault dedica grande parte de suas produções à questão do poder. Particularmente, nos interessa a chamada “terceira fase” do pensamento do filósofo, que está focado sobre a forma como o ser-humano constitui-se como sujeito e a ética através da qual nos constituímos como agentes morais na sociedade. Nesta fase, o papel do indivíduo e das coletividades nas lutas de transformação das estruturas de poder ocupam papel de destaque.

Para Foucault (2006), o poder não é visto como um objeto natural, que possa ser possuído, mas sim como fonte de práticas sociais, de relações entre indivíduos e grupos humanos. Esse poder é visto como plural, uma vez que não é centralizado nas mãos de um governo, estando presente e sendo exercido por todos em algum nível. Tais micropoderes se dão através de efeitos de verdade produzidos a todo instante pela sociedade ocidental: são verdades repercutidas por enunciados ao mesmo tempo não ocultos, mas nem por isso visíveis. Esses efeitos de verdade dão origem a micropoderes que afetam nossas subjetividades, servindo a elas de substrato.

A partir da compreensão de como se dão as práticas de micropoderes, justamente por estarem presentes em todas as relações humanas, seria facilmente possível chegar à conclusão de que não há como resistir à sua dominação, excluindo-se, assim, qualquer possibilidade de resistência. Porém, é exatamente o contrário que se sucede.

Para Foucault (1995), as relações de poder devem ser observadas a partir de um antagonismo das estratégias, no qual, para descobrirmos o que é poder para/na sociedade, é preciso “investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (p. 234). Assim, é observando como se dão as resistências que podemos entender os micropoderes. Da mesma forma que ocorre com as relações de poder, as resistências são também presentificadas no mundo social em suas mais múltiplas facetas. A existência do poder implica a presença da resistência, e vice-versa: “é porque há a possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência” (Foucault, 2006, p. 232). Essas relações de poder e resistência podem se dar entre membros familiares, no meio político, escolar, médico, eclesiástico, entre os sexos e onde mais existirem relações humanas. É esse também o caso da tradução como resistência.

A resistência exercida nesse caso não é, e não precisa ser, em referência à inflação de poder do Estado, mas de micropoderes que permeiam as relações cotidianas entre sujeitos e grupos de sujeitos. Nessa medida, a tradução ativista se mostra como forma de luta transversal, ou seja, não limitada a um contexto específico, que atua sobre estruturas de poder patriarcal, buscando espaço para outros modos de subjetivação. Na busca por esses outros modos de subjetivação e na desconstrução de tais estruturas do poder estabelecidas pelo patriarcado, em um mundo no qual “os textos muitas vezes perdem sua origem e [no qual] a tradução tem um papel fundamental, acreditamos que uma das principais contribuições dos feminismos é o olhar crítico que nos permite ver concepções falocêntricas arraigadas e questioná-las” (Amorim, 2019, p. 1244), para, a partir desses questionamentos, destruí-las e superá-las.

6

As teorias pós-coloniais acerca das relações de poder, de acordo com Tymoczko (2014), tornaram-se mais populares nos debates culturais e literários após a queda da União Soviética, pois as teorias marxistas, anteriormente presentes em massa nas discussões políticas e acadêmicas, perderam força em face do desenvolvimento político e econômico dos países socialistas desde 1991. Portanto, havia uma “necessidade” de criar uma nova tradição teórica a respeito das relações de poder no âmbito acadêmico. Segundo Tymoczko (2014, 2014, p. 207), existem alguns aspectos essenciais para serem analisados em uma nova teoria que contemple as assimetrias de poder numa escala global, envolvendo desde as bases materiais do poder até os fatores como cultura, globalização, tecnologia e contextos transculturais e transnacionais como o neoimperialismo, o neocolonialismo e as diásporas:

A análise deve reconhecer as bases materiais de poder, porém não deve se limitar apenas à luta de classes. Deve-se tratar dos problemas da produção, mas também de problemas econômicos e sociais mais amplos, incluindo o controle de comércio, mercados e recursos. Esses fatores precisam ser relacionados aos fenômenos contemporâneos da rede mundial de informações, globalização, cultura de corporações multinacionais, à mídia e às tecnologias de todos os tipos, desde a industrial e militar até as tecnologias da mídia e da informação (tradução nossa)¹.

Em consonância com os argumentos de Tymoczko (2014), em tal epistemologia, deve ser considerada tanto a teorização sobre a concentração do poder quanto a descentralização deste, em ambas as esferas materiais e discursivas. Uma nova teoria acerca das relações de poder deve, então, envolver discussões não distantes da sociologia e geopolítica, mas também

da linguagem e do discurso, do controle dos sentidos e dos saberes nas hierarquias de poder. Por isso, segundo Santos (2010), a valorização de uma ecologia de saberes pode desestruturar essas hierarquias, uma vez que nenhum saber é totalizante, totalitário e independente, pois sempre recorre a outros saberes para compreender a si próprio. A proposta de uma tradução que leve em conta a ecologia de saberes e experiências “desvenda novas formas de pensar o conhecimento, gerando novas formas de acomodar a diversidade do saber da humanidade” (Meneses, 2010, p. 208) e faz circular diferentes epistemologias.

Quando lidamos com tradução, pisamos, inevitavelmente, no campo minado do discurso. Segundo Derrida (1976), todo discurso é formado por uma estrutura e toda estrutura prevê um centro que a regula e a estabiliza, ao mesmo tempo em que reduz as possibilidades, o jogo, o movimento dentro da estrutura. É justamente esse centro na estrutura discursiva que desencadeia a organização de um sistema hierárquico e que permite sua produção e reprodução segundo as leis desse sistema. Se há, assim, um único centro, que, vale destacar, não é intrínseco ao sistema, aquilo que está fora dele ocuparia as margens. Como, então, desestabilizar a estrutura? Como deslocar e movimentar “o” centro na linguagem?

Como destaca Rajagopalan (2007, p. 1), o *turning point* instituído pela pós-modernidade dá início à “idéia de que, longe de ocupar um lugar periférico, a linguagem está no centro dos acontecimentos”. Como desdobramento, surge “a percepção de que é na própria linguagem e não através dela, e, muito menos, apesar dela, que os importantes rumos da nossa história são tomados” (Rajagopalan, 2007, p. 1). Sob essa perspectiva, a tradução, operada via linguagem, deve ser compreendida de forma similar.

A tradução acontece em determinado momento histórico, por meio de uma língua não alheia às suas condições sócio-históricas. Ela é pautada por escolhas e por relações discursivas que se constroem dentro das relações de poder. O papel do/a tradutor/a é mais do que a visão tradicionalista pretende descrever com suas associações de fidelidade, transferência e equivalência. Embora tradicionalmente visto como uma atividade mecânica, o processo do traduzir “é a ferramenta que catalisa novo conhecimento que possivelmente fundamenta uma nova práxis política” (Collins, 2019, p. 26), portanto, é uma atividade que coloca em xeque o papel do/a tradutor/a no processo de construção de sentidos e de disseminação de informações. Para buscarmos compreender a tradução como prática política, primeiro faz-se necessário entendê-la como um processo ativo e, para isso, é necessário que haja intersecção entre as questões éticas na agência do/a tradutor/a.

Ao discutir a tradução e sua relação com os Estudos de Gênero, Bassnett (1992, p. 70) não pauta o/a tradutor/a como um ser invisível e inativo no processo do traduzir, mas sim como agente fundamental na construção de sentidos e na conscientização do/a leitor/a:

Se nós aceitamos que o/a tradutor/a não é, e nunca poderia ser, um filtro transparente pelo qual o texto passa, mas sim uma fonte poderosa de energia criativa transitória (e essa é a premissa fundamental dos Estudos da Tradução), então, pensando em termos de gênero, o/a tradutor/a serve para potencializar a conscientização das complexidades textuais tanto no papel do/a escritor/a quanto no papel do/a leitor/a (tradução nossa)².

Portanto, se compreendemos que os indivíduos, além de sujeitos separados fisicamente, são seres também sociais (re)produzidos dentro de um sistema de relações de poder, devemos entender que o/a tradutor/a, enquanto sujeito social, é político/a e ideológico/a e que suas deliberações desde sobre o que, quem e como traduzir e até as escolhas lexicais podem denunciar seus posicionamentos e visões de mundo. Todavia, é possível transformar as traduções, ou utilizá-las como estratégia, ação e intervenções no âmbito político e ideológico sem que haja uma nova e completa teoria sobre as relações de poder:

8

Ter ciência da função da tradução em construir as assimetrias de sistemas culturais e inequidades no poder cultural torna-se ainda mais urgente quando a tradução da mídia insere uma quantidade de material das sociedades dominantes nos espaços sociais das pessoas ao redor do mundo.” (Tymoczko, 2010, p. 6, tradução nossa)³

As traduções em geral são um terreno frutífero para a circulação e criação de novas epistemologias ou novos sentidos que reafirmam ou destroem a ideologia dominante. Os/as tradutores/as, então, passam a ter um papel fundamental quando os/as compreendemos como agentes produtores/as de discursos. Nesse sentido, Collins (2019) entende os/as tradutores/as como figuras importantes dentro das fronteiras linguísticas e culturais que organizam e mediam as relações de poder.

Exemplos práticos de ativismo intelectual via tradução: a Tradução Feminista

Em situações de desigualdades sociais marcadas pela linguagem, Collins (2019) afirma que os/as tradutores/as sempre serão mediadores/as de poder, podendo confirmar ou questionar

ideologias. Portanto, a tradução enquanto prática social progressista pode se tornar uma prática de “ativismo intelectual”. Para além de se posicionar contra desigualdades e opressões, “tradutores/as progressistas frequentemente usam seu lugar social como mediadores/as de poder para construir espaços subversivos e transgressivos entre pessoas que compartilham interesses e línguas diferentes” (Collins, 2019, p. 28). Dessa maneira, a tradução passa a ser um campo necessário para a práxis feminista, evidenciando as implicações ideológicas na linguagem. Além disso, Amorim (2019) aponta que a genderização da tradução também marca o surgimento das discussões sobre as práticas feministas na tradução e na retradução de textos que foram previamente falotraduzidos, seja com o objetivo de satirizar vozes opressoras, seja com o objetivo de omitir misoginias linguísticas, seja para realçar discursos feministas que foram neutralizados de alguma forma.

Como prática emancipatória, o discurso feminista é político e possibilita a construção de novos sentidos e percepções por meio da linguagem. Quando nos referimos à teoria feminista, o discurso das diferentes mulheres – seja ele pautado em experiências individuais ou coletivas – é um convite à mobilidade de percepções. De acordo com Godard (1989), pode-se dizer que o discurso das mulheres é duplo: é o eco do eu e do outro, um movimento de alteridade que opera no entre-lugar, sendo este duplamente inscrito como uma ruptura do discurso dominante e um movimento polifônico, no sentido bakhtiniano da palavra, uma vez que há uma pluralidade de vozes que tem o objetivo de subverter o monologismo do discurso dominante para o dialogismo do discurso feminista. Se relacionarmos o discurso feminista com a tradução, pode-se dizer que a tradução também é duplamente inscrita se vista como produção textual (e, portanto, discursiva) e não como uma mera reprodução, além de ocupar, igualmente, como afirma Gentzler (2009), uma posição entre-lugares discursivos, subjetivos, ideológicos e culturais.

Foi durante os anos 70, no contexto das teorias pós-coloniais, pós-modernas, pós-estruturalistas e do grande interesse dos estudos culturais que houve o encontro da perspectiva feminista com os Estudos da Tradução. Quando os feminismos e a tradução se aproximaram, já haviam sido superados (pelo menos em níveis teóricos) os debates acerca da fidelidade e equivalência, e “perguntavam-se sobre questões que remetiam aos problemas culturais e ideológicos” (Barboza & Castro, 2017, p. 221). Durante os anos 80, as tradutoras feministas compreendiam que não se posicionar conscientemente em uma ideologia particular de tradução implicaria uma submissão às ideologias dominantes vigentes (neste caso exemplificado, a patriarcal).

A Tradução Feminista, então, se desenvolveu como “um método de traduzir com o foco e em crítica à ‘língua patriarcal’ por escritoras feministas em Quebec” (Flotow, 1991, p. 72, tradução nossa)⁴. Embora tenha se desenvolvido dentro de um contexto específico como um método de se traduzir pelas pesquisadoras, escritoras e tradutoras feministas canadenses (entre as abordagens que consideravam o papel social do/a tradutor/a na construção de significados e a ideologia como conceito fundamental no traduzir), a práxis da crítica feminista da tradução passou a ser adotada e discutida por mulheres de outras localidades e em países terceiro-mundistas, incluindo o Brasil, visando uma abordagem descentralizada do eixo Europa-Estados Unidos no movimento de traduções. Essa descentralização contribuiu para que a Tradução Feminista não se tornasse uma prática essencialista de tradução, “baseada numa cultura feminina distintiva que apaga as diferenças entre as próprias mulheres” (Barboza & Castro, 2017, p. 224) e as colocam como um bloco monolítico, universal e estável de opressão.

É importante enfatizar que o papel do/a tradutor/a que se posiciona politicamente por meio de suas traduções não se limita efetivamente apenas nas estratégias do processo de tradução per se, como *supplementing*, *footnoting* e *hijacking*, elencadas por Flotow (1991), mas permeia também seu posicionamento quanto à escolha das textualidades a serem traduzidas e, dessa maneira, questiona-se: quem escreveu o texto? Qual é o assunto? Para qual língua será traduzido? Como será feita a distribuição da tradução? A quem beneficia a circulação de tal texto? A relevância de tornar o processo deliberativo dos/as tradutores/as em um processo político torna-o (auto)reflexivo e possibilita questionamentos que extrapolam a visão limitante da transposição de sentido de uma língua para outra – abordagem esta que foca apenas no processo –, visto que a tradução envolve aspectos históricos, culturais, sociais, ideológicos e econômicos.

Em consonância com Lefevere (1992), as traduções estão submetidas a mecanismos de controle externos (ligados à patronagem: partidos políticos, associações religiosas, editoras, mídia) e internos (tradutores/as, editores/as, revisores/as) que atuam no sistema de construção de significado e desempenham um papel fundamental no produto final. Portanto, ainda de acordo com Lefevere (1992), as traduções são realizadas a serviço do poder. A grande questão é: os/as tradutores/as, enquanto mediadores de poder, favorecerão qual ideologia – a dominante ou a subversiva?

Como exemplo dessa prática de tradução ativa, ativista e descentralizada, podemos citar as práticas de Tradução Feminista, como o blog *Traduzidas*⁵, nas quais circulam escritas negras feministas e lésbicas (como os ensaios de Audre Lorde *The master’s tools will never dismantle*

BATTISTAM, Laura Pinhata; MARINS, Liliam Cristina; KIMINAMI, Aline Yuri. Tradução como resistência e ativismo: práticas de Tradução Feminista no Brasil. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-17, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36230

the master's house e *Poetry is not a luxury*, as poesias de Cheryl Clarke *Living as a lesbian at 35* e *Sexual preference*, entre outras autoras como Toni Morrison, bell hooks, Jewelle Gomez e Alexis DeVaux) traduzidas pela poeta, tradutora, pesquisadora e educadora Tatiana Nascimento. Além disso, Nascimento também, juntamente com Valéria Matos, é produtora e cofundadora do *Slam das Minas* em Brasília, e cofundadora do projeto *Palavra Preta* e do *Padê editorial*, junto com Bárbara Ismênia. Atualmente, ministra o curso “privilégio branco: uma questão feminista?” que, em 2021, terá sua 50ª turma.

Outro exemplo de extrema relevância é o blog da também poeta, tradutora, pesquisadora e professora Nina Rizzi, intitulado *A poema – tropicália gótica*⁶, no qual circulam poemas e escritas de sua autoria como *a poema: ensaio-manifesto, estar sem estar sendo, moraesiana – desvario e ainda a queda do céu* e poemas escritos por mulheres como Adrienne Rich, Anne Sexton, Martha Cecilia Ruiz, entre outras, traduzidos também por ela. Nina Rizzi publicou seu primeiro livro de poesias, intitulado *tambores pra n'zinga* em 2012, pela Editora Multifoco. Suas outras publicações enquanto poeta são *A Duração do Deserto* (2014), pela Editora Patuá, *geografia dos ossos* (2016), pela Editora Doua Correria de Portugal, *quando vieres ver um banzo cor de fogo* (2017), também pela Patuá e, por fim, *sereia no copo d'água* (2019), pela Edições Jabuticaba. Além disso, trabalhou como tradutora de livros de poesia como *Árvore de Diana* (2017), de Alejandra Pizarnik, *Tratado de Sortilégios* (2017), de Óscar Hahn, de livros infantis e infantojuvenis que discutem a temática do racismo, como *Meu Crespo é de Rainha* (2018) e *Minha dança tem história* (2019), ambos de bell hooks, e *Este livro é antirracista: 20 lições sobre como se ligar, tomar uma atitude e ir à luta!* (2020), de Tiffany Jewel, para citar apenas alguns exemplos de seus trabalhos publicados enquanto tradutora.

O trabalho de Nascimento e Rizzi é crucial não só em termos de competência e (re)apropriação linguística do inglês e espanhol para o português brasileiro como uma forma de descentralização das hierarquias linguísticas (por exemplo, a grafia do termo *queer* para *cuier*, como faz Nascimento na tradução do poema “Sexual preference”, de Cheryl Clarke⁷), mas também de distribuição e circulação de epistemologias e textualidades dos feminismos negro/afro-diaspóricos/latino-americanos que ainda não são disponibilizadas pelo mercado editorial brasileiro com a mesma intensidade das epistemologias feministas eurocentradas.

Além dos exemplos acima citados, é de suma importância o trabalho das mulheres do Coletivo Sycorax⁸, atualmente composto por Cecília Rosas, Cecília Farias, Juliana Bittencourt, Leila Giovana Izidoro e Shisleni Oliveira Macedo, responsáveis pelas traduções coletivas,

BATTISTAM, Laura Pinhata; MARINS, Liliam Cristina; KIMINAMI, Aline Yuri. Tradução como resistência e ativismo: práticas de Tradução Feminista no Brasil. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-17, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36230

feministas e militantes das obras *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017) e *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), ambas de Silvia Federici, importante teórica feminista anticapitalista atual, que foram publicados pela Editora Elefante. As integrantes do Coletivo compreendem o “processo tradutório como uma ferramenta de militância política, o que envolve pensar maneiras de circulação das obras que questionem a lógica capitalista de propriedade intelectual” (Sycorax, Coletivo)⁹. Nesse sentido, o site disponibiliza gratuitamente as traduções realizadas pelo Sycorax a fim de ampliar o acesso e a divulgação dessas obras. Para além da circulação das obras, o Coletivo também mobiliza eventos e oficinas nos quais se discute a prática tradutória coletiva feminista, o trabalho reprodutivo das mulheres e a luta pelos comuns – pontos primordiais da tradição teórica de Silvia Federici – no contexto brasileiro.

Os critérios para a escolha em citar os trabalhos do Coletivo Sycorax e das tradutoras Nina Rizzi e Tatiana Nascimento como exemplos de Tradução Feminista, entre outros projetos de tradução militante, resumem-se em dois principais: a escolha de práticas tradutórias descentralizadas e o trabalho de tradução colaborativa. Conforme dito anteriormente, Rizzi e Nascimento utilizam-se da linguagem de uma forma singular, reapropriando-a para o português brasileiro e, em alguns momentos, como no trabalho de Rizzi, para o ioruba, tornando essas traduções textos carregados de identidade e de poesia. O trabalho do Coletivo Sycorax, além de socializar o conhecimento de importantes teorias feministas ao disponibilizar gratuitamente as traduções realizadas no site do Coletivo, coloca em prática o trabalho colaborativo entre mulheres dentro da militância via tradução.

No âmbito acadêmico, também há movimentos que buscam “incluir vivências distintas”, como aqueles arrolados por Amorim (2019) em *Além das tradutoras canadenses: práticas feministas de tradução ontem e hoje*. O pesquisador evidencia o aumento no número de pesquisas na área, “sendo que há trabalhos desenvolvidos em várias universidades, como os de Claudia Lima Costa, Elena Manzato e Beatriz Barboza, na Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo; o de Camila Hespanhol na Universidade de Brasília” (Amorim, p. 1244), entre outras. Segundo ele, o interesse pelas alianças trocadas entre tradução e feminismos têm se fortalecido em território brasileiro, renovando a esperança de que esta disciplina se solidifique e se estabeleça no Brasil como um polo importante de divulgação científica e de produção na área dos Estudos de Tradução Feminista.

A tradução como prática subversiva é uma possibilidade de se “revelar uma era passada ou uma cultura diferente sem se submeter a normas de representação ou concepções originais”

BATTISTAM, Laura Pinhata; MARINS, Liliam Cristina; KIMINAMI, Aline Yuri. Tradução como resistência e ativismo: práticas de Tradução Feminista no Brasil. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-17, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36230

(Gentzler, 2009, p. 221) e livres das amarras institucionais e editoriais nas quais muitos projetos tradutórios encontram-se tradicionalmente presos. Por meio de movimentos como os descritos acima, são divulgadas “imagens e identidade alternativas menos discriminatórias e mais abertas para a mudança e evolução cultural” (Gentzler, 2009, p. 221). Embora estejamos vivendo um retorno evidente ao conservadorismo em diversas instâncias da vida social, o qual tem estimulado inúmeras violências no nível simbólico e físico, a resistência ainda pode ser exercitada pela linguagem e pela formação de grandes redes de apoio que desafiam aqueles que desejam um reestabelecimento do lema positivista “ordem e progresso”.

Considerações finais: sobre o poder e a resistência

A existência de iniciativas tão plurais de tradução feminista está alinhada com a concepção foucaultiana de poder e resistência. Como já discutido, Foucault (2006) defende a ideia de que o poder está pulverizado na sociedade, apresentando-se em relações complexas e heterogêneas. Assim sendo, diferentes relações de poder se dão de formas também diversas conforme o contexto, e possuem, segundo Foucault, métodos e tecnologias próprios.

A resistência e o poder, sob o prisma foucaultiano, estão necessariamente atrelados a alguma forma de liberdade, uma vez que “[. . .] se não houvesse a possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder” (Foucault, 2004, p. 277). Da mesma forma, para Foucault, a liberdade é vista como condição ontológica para a existência da ética, vista como prática refletida da própria liberdade. Assim, apenas sujeitos individuais ou coletivos que operam sob a égide da liberdade podem efetivamente atuar nas lutas de transformação das estruturas de poder.

Foucault (1995) defende a existência de três tipos de lutas, sejam elas: as que são contra as formas de dominação social, étnica, racial; contra as formas de exploração, como no caso do capitalismo; e contra a sujeição, a submissão e certos tipos de subjetivação. Essas formas de luta estão imbricadas em uma rede de correlação, mas o autor defende que na contemporaneidade a luta que tem encontrado mais espaço e tem se destacado é a luta contra a submissão da subjetividade (como a submissão feminina ante o masculino). Tal movimento é intrinsecamente conectado a processos sociais e econômicos, como a luta de classes, e revolve primordialmente em torno da questão “quem somos nós?”. A tradução feminista se aloca nessa luta, ao permitir que a voz feminina encontre espaço nas produções antes dominadas por homens, descentralizando as formas de subjetivação presentes nas práticas tradutórias.

Conhecer e divulgar as experiências de práticas contemporâneas de tradução feminista no Brasil, um país terceiro-mundista, cumpre a função de importar conhecimentos de outras mulheres que também estão fora do eixo Europa-Estados Unidos e criar uma rede de apoio e de compartilhamento de diferentes ecologias de saberes e feminismos. Somente assim, a tradução deixa de ser um meio de consumir o conhecimento do outro hegemônico, de sua cultura e de sua ideologia, para entrar em contato com as lutas, as vivências e as subjetividades de outras mulheres que ficaram, em seus contextos, também à margem, como as escritoras negras, lésbicas, latino-americanas, mas que não deixaram de registrar de alguma forma sua busca por emancipação e visibilidade. De acordo com Chamberlain (1998, p. 51), uma forma de desconstruir a tradução como uma atividade servil e subordinada é por meio da visibilidade em relação a textos e discursos silenciados “para melhor articular a relação entre o que foi codificado com o discurso ‘autoritário’ e o que é silenciado na ruptura e na subversão”. Entretanto, vale destacar que o futuro dos estudos feministas aliados aos Estudos da Tradução necessita, de acordo com Costa e Amorim (2019, p. 1243), almejar “aumentar as vozes participantes da discussão em um espaço transnacional”. Para isso, “muito ainda precisa ser feito para que esse espaço seja efetivamente global e não apenas dominado pelas teorias ocidentais/escritas em inglês”. É esse movimento de compartilhar, exportando e importando teorias e escritas entre países do Sul global que parece ser o caminho de maior unidade, solidariedade e reconhecimento entre as estudiosas da área e as escritoras e poetas mulheres situadas abaixo da linha do equador, a fim de desconstruir as amarras eurocêntricas e a relação hierárquica entre Norte e Sul.

Como aponta Branco (2001), tais lutas de resistência podem ser consideradas, em verdade, lutas pela autonomia e emancipação dos sujeitos e coletividades, necessariamente partindo de um lugar de valor tanto político, como também ético. Poderíamos afirmar, assim, que a tradução como resistência pode ser vista, a partir de lentes foucaultianas, como uma estratégia de enfrentamento a mecanismos de normalização, como resistência frente a um poder normalizador capilarizado nos mais diversos territórios sociais. O/A tradutor/a, sob essa perspectiva de resistência, é um sujeito que desempenha um papel social, pois está disposto/a a lutar pela fuga do “normal” e do “normalizante”, e, portanto, ao desafiar a norma, engaja-se em uma luta pela liberdade de ser quem quer ser, permitindo também aos outros serem.

REFERÊNCIAS

- Arrojo, R. (1998). Os ‘estudos da tradução’ como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. *D.E.L.T.A.* 14(2), 423-454.
- Bassnett, S. (1992). Writing In No Man’s Land: Questions of Gender and Translation. *Ilha do Desterro*, 1(28), 63-73.
- Barboza, B., & Castro, O. (2017). (Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?. *Tradterm*, 29, 216-250.
- Berman, A. (2013). *A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo*. (Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini, Trans). 2ª Ed. Editora Copiart/PGET-UFSC.
- Berman, A. (2013). *A prova do estrangeiro. Cultura e tradução na Alemanha romântica*. (Maria Emília Pereira Chanut, Trans.). Edusc.
- Branco, G. C. (2001). As Resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 24, 237-248.
- Chamberlain, L. (1998). Gênero e a metafórica da tradução. (Norma Viscardi, Trans.). In P. Ottoni (Org.). *Tradução: a prática da diferença* (pp. 33-53). FAPESP/UNICAMP.
- Collins, P. H. (2019). Sobre tradução e ativismo intelectual. (Cibele de Guadalupe Sousa Araújo, Dennys Silva-Reis e Luciana de Mesquita Silva, Trans.). *Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, 27(1), 25-32.
- Costa, P. B., & Amorin, L. M. (2019). Além das tradutoras canadenses: práticas feministas de tradução ontem e hoje. *Estudos Linguísticos*, 48(3), 1227-1247.
- Derrida, J. (1976). Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. In R. Macksey, & E. DONATO (Orgs.). *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem* (pp. 260-284). (Carlos Alberto Vogt e Clarice Sabóia Madureira, Trans). Cultrix.
- Esteves, L. M. R. (2014). *Atos de tradução: éticas, intervenções, mediações*. Humanitas.
- Flotow, L. von. (1991). Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories. *TTR*, 4(2), 69-84. Recuperado em 10 de outubro, 2020, em <https://www.erudit.org/en/journals/ttr/1991-v4-n2-ttr1475/037094ar.pdf>
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. Manoel Barros da Motta (Reorg.). (Vera Lúcia Avellar Ribeiro, Trans.). 2ª Ed. Forense Universitário.
- Foucault, M. (2004) *Ética, Sexualidade, Política*. Coleção Ditos & Escritos V. Manoel Barros da Motta (Reorg.). (Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa, Trans.). Forense Universitário.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o Poder. In P. RABINOW, & H. DREYFUS. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.231-249). (Vera Porto Carrero, Trans.). Forense Universitária.

Gentzler, E. (2009). *Teorias contemporâneas da tradução*. (Marcos Malvezzi, Trans.). 2ª Ed. Madras.

Godard, B. (1989). Theorizing Feminist Discourse/Translation. *Tessera*, 6, 42-53.

Lefevere, A. (1992). *Translation, Rewriting and the Manipulation of the Literary Fame*. Routledge.

Tymoczko, M. (2006). Translation and Political Engagement. Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts. *The Massachusetts Review*, 47(3), 442-461.

Tymoczko, M. (2010). Translation, Resistance, Activism: an overview. In M. Tymoczko (Org.). *Translation, Resistance, Activism* (pp. 1-22). University Of Massachusetts Pres.

Tymoczko, M. (2014). *Enlarging Translation, Empowering Translators*. 3ª Ed. Routledge.

16 Rajagopalan, K. (2007). Pós-modernidade a tradução como subversão. *Anais do VII Encontro Nacional/1 Encontro Internacional de Tradutores*. São Paulo. Recuperado em 22 de janeiro, 2020, em <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/19980911.htm>.

Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (Orgs). (2010). *Epistemologias do Sul*. Cortez.

Santos, B. de S. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade (p. 56). Civilização Brasileira.

¹ “The analysis must recognize the materialist bases of power, but the analysis cannot be limited to class struggles alone. It must address issues of production, but also broader economic and social issues including control of trade, markets, and resources. These factors must be related to contemporary phenomena including the informational networking of the world, globalization, multinational corporate culture, the media, and technologies of all sorts from industrial and military to media and information technologies” (Tymoczko, 2014, p. 207).

² “If we accept that the translator is not, and never could be, a transparent filter through which a text passes, but is rather a very powerful source of creative transitional energy (and this is the fundamental premise of Translation Studies scholars), then thinking in terms of gender server to heighten awareness of textual complexities in the roles of both writer and reader” (Bassnett, 1992, p. 70).

³ “Awareness of the function of translation in constructing the asymmetries of cultural systems and inequities in cultural power becomes ever more urgent as media translation inserts quantities of material from dominant societies into the social space of peoples around the globe” (Tymoczko, 2010, p. 6).

⁴ “As a method of translating the focus on and critique of “patriarchal language” by feminist writers in Quebec” (Flotow, 1991, p. 72).

⁵ Recuperado em 25 de janeiro, 2021, em <https://traduzidas.wordpress.com/>.

⁶ Recuperado em 25 de janeiro, 2021, em <http://ninaarizzi.blogspot.com/>.

⁷ Recuperado em 25 de janeiro, 2021, em <https://traduzidas.wordpress.com/2014/10/05/preferencia-sexual-decheryl-clarke-2/>.

⁸ Recuperado em 25 de janeiro, 2021, em <https://coletivoscorax.org/>.

⁹ Recuperado em 25 de janeiro, 2021, em <http://coletivoscorax.org/sobre-nos/>.